

22 de março: Dia Nacional de Lutas pela Educação

Erguer as reivindicações mais sentidas pelos trabalhadores!

***Real independência de classe em relação
aos governos (oposição revolucionária)!***

O dia nacional de lutas pela Educação deste ano acontece numa dura realidade vivida pelos trabalhadores na Educação. Professores sofrem com arrocho salarial, descumprimento do piso salarial, redução de horas de aula em suas disciplinas, salas superlotadas de um lado e fechamento de salas de outro, atribuições de aula sob critérios de apadrinhamento (e desemprego aos demais) e esmagamento das condições de trabalho, duplas jornadas que liquidam suas capacidades físicas e mentais, confisco de aposentados e pensionistas, maior intransigência quanto às faltas, etc. Os funcionários são esmagados, sob responsabilidades estafantes ou mesmo impossíveis de serem cumpridas, além da ampla terceirização e precarização do trabalho, sob salários miseráveis.

O dia nacional de lutas ocorre sem que as direções apresentem reivindicações claras, unitárias e que expressem as reais necessidades dos trabalhadores na Educação. Para serem alcançadas, as reivindicações que de fato defendam as condições de vida, trabalho e saúde de professores e funcionários dependem da luta nas ruas contra os governos, da aplicação dos métodos próprios da luta de classes, da organização com total independência em relação aos governos, partidos e instituições da burguesia.

É por isso que as direções sindicais não as levantam, como meio de unificação geral das lutas. Ao contrário, apresentam apenas aquelas que podem ser negociadas com os governos, que servem para discutir um meio termo delas no parlamento, ou mesmo já anunciadas como medidas do governo.

As direções sindicais convocam então as manifestações, não com o caráter de enfrentamento, com paralisação das aulas, bloqueio de grandes avenidas, etc., e sim com os professores em sala de aula. Assim, as manifestações são manejadas para que sirvam apenas de meio de pressão limitada sobre governos e parlamento, com a finalidade de ampliar negociações que visem à conciliação, e não à conquista de reivindicações que expressem as reais necessidades da base.

Acabamos de ver as direções do funcionalismo federal aprovarem o reajuste salarial proposto pelo governo Lula/Alckmin, que não repõe nem metade das perdas dos últimos 4 anos. Fizeram isso por cima das assembleias de base, sem convocar assembleias nos locais de trabalho e sem construir, desde elas, uma pauta de reivindicações debatidas e decididas coletivamente. Agem como porta-vozes e agentes do governo junto à categoria. Essas direções não têm qualquer independência política diante do governo. A causa disso é que a defesa das reivindicações mais sentidas e dos métodos para conquistá-las leva ao choque com os governos. E a ordem do dia delas é apoiar o governo Lula/Alckmin a qualquer custo.

Apesar da política das direções, existe grande insatisfação no interior da categoria. E também toda uma camada de professores que manifestam tendência à luta pelas reivindicações. Mas a insatisfação não leva automaticamente à mobilização. Contra as tendências capituladoras das direções, é preciso mobilizar os professores e funcionários para a luta. É necessária uma verdadeira campanha que levante as reivindicações mais sentidas pela classe, com real independência diante dos governos, sejam eles quais forem, que se apoie nos métodos da luta de classes e que tenha nas assembleias de base um apoio firme, e que objetive o combate unitário para derrotar as medidas de ataques à Educação, às condições de vida, trabalho, e saúde dos trabalhadores.

Unir empregados e desempregados, efetivos e contratados/precarizados sob um programa comum de reivindicações! Somente a unidade na luta pode derrotar a unidade burocrática das direções, que na prática são de negação das reais necessidades dos trabalhadores!

